

bre os mecanismos sociais que contribuem para que ainda perdure no país a culpabilização das vítimas pelas causas dos acidentes que afetam ou interrompem suas vidas.

Tornar os acidentes invisíveis e culpar as vítimas dos mesmos quando se tornam visíveis são processos que se encontram relacionados no papel que o Brasil ocupa dentro do industrialismo como uma das dimensões da globalização. Como observa Giddens¹, a expansão da divisão global do trabalho é um dos aspectos do industrialismo enquanto feixe organizacional da modernidade, e que inclui diferenciações tanto entre áreas mais e menos industrializadas do mundo no mundo, como no que se refere à especialização regional em termos de tipo de indústria, capacitações e a produção de matérias-primas. É esta divisão do trabalho, que resulta em uma subsequente divisão global dos riscos e dos custos humanos, que permite que o Brasil ainda não tenha vivido uma crise de renovação das intervenções de profissionais e de governos, pois se a tivesse, não teríamos mais a possibilidade de subnotificações e também da culpabilização das vítimas. Em relação a essa segunda questão, basta lembrarmos como em todas as vezes que ocorre um acidente industrial, nos transportes (aviões e trens, por exemplo) ou na busca de fontes de energias (plataformas de petróleo, por exemplo), antes mesmo de investigar suas causas, profissionais e governos se apressam em culpar os trabalhadores, procurando assim reafirmar que o industrialismo, enquanto organização social, vai bem e continuará operando de modo seguro. Perigosos são os trabalhadores.

Se este é o quadro atual, não podemos deixar de ter a esperança que Tom Dwyer deposita no seu último capítulo: "...a esperança de que os atores sociais e as relações sociais concretas passarão a ser considerados de maneira mais ampla como responsáveis pela produção de acidentes..." (p. 28). Essa esperança não só transformaria os acidentes em eventos capazes de resultar em um aprendizado social, mas também em medidas de controle e prevenção mais contextualizadas e efetivas.

Carlos Machado de Freitas
Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil.
carlosmf@ensp.fiocruz.br

1. Giddens A. As conseqüências da modernidade. São Paulo: Editora Unesp; 1990.

POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL. Hochman G, Arretche M, Marques E, organizadores. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. 398 pp.

ISBN: 978-85-7541-124-7

Acostumado à pujança dos congressos anuais da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO), tidos internacionalmente como exemplo de mobilização e integração de docentes, estudantes, pesquisadores, técnicos e gestores dos serviços de saúde, o leitor de *Cadernos de Saúde Pública* decerto não deixará de apreciar a função análoga dos encontros anuais da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) no meio da pesquisa social. Ao contrário da Saúde Coletiva, no entanto, a área de Ciências Sociais não conta, no Brasil, com um campo institucional tão dinâmico para a divulga-

ção de pesquisa na forma de publicações periódicas seriadas. Parte dessa lacuna vem a ser preenchida pela edição desse livro, o qual reúne alguns dos principais estudos apresentados no Grupo de Trabalho de Políticas Públicas da ANPOCS entre 2001 e 2006.

Essa publicação traz ao leitor um panorama atual das análises sobre políticas públicas realizadas nas últimas décadas, campo de estudo que se desenvolve no país como, a um só tempo, reflexo e motivação do processo de redemocratização. Os professores Gilberto Hochman, da Casa de Oswaldo Cruz, da Fundação Oswaldo Cruz (COC/FIOCRUZ), e Marta Arretche e Eduardo Marques, do Departamento de Ciência Política, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo (DCP/FFLCH/USP), reuniram e selecionaram as contribuições que posicionam o leitor quanto aos conceitos relevantes para acompanhar a discussão; informam-lhe sobre os aspectos históricos da implementação de políticas setoriais como as que envolvem as áreas da saúde e educação; e exploram analiticamente seus condicionantes, sua implementação, seus efeitos.

Enriquece o projeto editorial a participação de um seleto grupo de profissionais ligados a importantes instituições de diferentes estados brasileiros e do exterior. O leitor terá em mãos o ingresso de entrada ao ambiente vívido das reuniões da ANPOCS; transportar-se-á para as mesas de debates e apresentação de trabalhos, tradicionalmente realizadas em Caxambu, Minas Gerais, Brasil; quase poderá erguer o braço no esforço por interagir e intensificar a reflexão. E, como nos congressos e reuniões científicas, em que selecionamos previamente no programa as sessões que serão acompanhadas a cada momento, o leitor poderá fazer sua própria agenda de leitura numa *rayuela* de capítulos, a despeito do esforço dos organizadores em imprimir uma consistente ordenação temática, dividindo os capítulos em grupos de três, abordando respectivamente "conceitos", "processos decisórios", "condicionantes e efeitos das políticas públicas" e "implementação e avaliação".

Meu jogo da amarelinha começa com a interessantíssima incursão histórica aos programas de erradicação da malária e da varíola no Brasil, instâncias privilegiadas de articulação entre políticas nacionais e a agenda internacional de saúde. Judiciosamente apresentado no final do volume, o estudo comparativo do sucesso de uma e do fracasso da outra política pública culmina o volume pontuando elementos conceituais e analíticos perpassados nos capítulos anteriores. Gilberto Hochman, no melhor de sua forma de analista da história e saúde, oferece argumentos e informações que esclarecem o desenvolvimento institucional gerado pelos dois programas de saúde. Em uma perspectiva ainda mais abrangente, o autor nos situa quanto à contribuição dos programas de saúde para o processo de formação do Estado brasileiro.

A predileção pela saúde e pela metodologia de pesquisa quantitativa atrai a leitura de *Condicionantes Locais da Descentralização das Políticas de Saúde*, capítulo em que Marta Arretche e Eduardo Marques testam a hipótese de que, ao concentrar no nível federal o poder de decisão para implementar políticas redistributivas, o processo de descentralização do sistema de saúde teria contribuído para reduzir diferenças regionais no acesso a serviços. Para esse fim foram cotejados dados sócio-econômicos dos municípios e informações

sobre a atenção básica de saúde, atendimentos ambulatoriais e hospitalares. O cuidadoso procedimento analítico conclui pela rejeição da hipótese. Apesar da descentralização do sistema de saúde ter generalizado a alocação nos municípios da função de oferta de serviços básicos de saúde, o potencial efeito redistributivo da transferência de recursos federais não teria se concretizado; não se obteve a desejada redução da desigualdade na provisão de serviços. A notícia é ruim, mas a identificação do problema é parte de sua solução; e a oportunidade do estudo reside justamente em reconhecer caminhos para intervenções potencialmente efetivas de promoção da equidade. Com esse intuito, os autores apontam para a variável “regras que orientam as transferências federais” como um possível elemento dessa solução.

Telma Menicucci, da Fundação João Pinheiro, também chama atenção para problemas na política de saúde. Frequentemente sintetizados na tríade “universalidade, integralidade e equidade”, os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) foram formulados por inspiração de uma conjuntura privilegiada – o processo de redemocratização do país – na qual a manifestação de interesses privados teria sido minimizada. Mas a reforma sanitária foi implementada progressivamente, e este processo não se reduziu à tradução prática das decisões anteriormente formuladas. Antes disso, consistiu num redirecionamento das diretrizes da ação estatal em saúde. A autora nos mostra o processo de implantação do SUS em um quadro dominado por forças políticas conservadoras que fizeram das dificuldades de financiamento associadas ao aumento de atribuições do sistema instrumental para valorizar o investimento privado e as opções de mercado em saúde. Nesse contexto, a perda de legitimidade das políticas sociais universalistas implicou a reformulação da política de saúde vigente em pleno processo de sua implementação, resultando num “sistema de saúde dual” que tem duas estruturas institucionais: uma delas expressa pela diretiva “publicista” original do sistema de saúde; e outra, de ordem “privatista”, que visa a propiciar a realização de interesses privados por meio da prestação de serviços convenientes, ações suplementares e ampliação de cobertura dos planos e seguros de saúde.

Sob o título de *Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas*, Celina Souza, da Universidade Federal da Bahia, traça um panorama da literatura internacional quanto aos modelos de análise e linhas conceituais para a interpretação das políticas públicas. Outros capítulos versam sobre políticas de educação; gastos públicos e investimentos sociais; participação popular nos conselhos municipais de política pública; interação entre sindicalismo e governo na reforma previdenciária; conceitos de Estado de bem-estar, desenvolvimento econômico e cidadania. Ao término da leitura, o leitor ficará com um gostinho de “quero mais”, e talvez se sintam motivado a procurar identificar possíveis lacunas a serem preenchidas pelas próximas sessões do grupo de trabalho da ANPOCS e por futuras edições de publicações dessa natureza.

O interesse pela área da saúde poderá propiciar o interesse do leitor em buscar outros elementos de literatura, ou mesmo em desenvolver estudos adicionais focalizando políticas específicas de grande impacto populacional, como o Programa Saúde da Família (PSF), a distribuição de medicamentos anti-retrovirais, para mencionar apenas alguns. Uma indagação mais abran-

gente poderá motivar a reconstituição histórica do pensamento aplicado aos estudos de políticas públicas no Brasil. A mesma curiosidade poderá suscitar o estudo do campo institucional em que os embates relativos à definição e implementação das políticas públicas são travados no país. Embora os diferentes capítulos e mesmo a *Introdução* reúnam informações relevantes sobre esses aspectos, há decerto um vasto campo para motivar a continuidade e o aprofundamento do quadro de reflexões delineado nesse volume.

Formulação conceitual, condicionantes para a tomada de decisão, aspectos históricos da implementação de políticas públicas e recursos para sua avaliação. A publicação de *Políticas Públicas no Brasil* é saudada como instrumento relevante para a consolidação da área de estudos no país e como recurso de capacitação dos agentes envolvidos no processo de definição dos rumos da ação estatal no Brasil.

José Leopoldo Ferreira Antunes
Faculdade de Odontologia, Universidade de São Paulo,
São Paulo, Brasil.
leopoldo@usp.br

TRAVESTI: PROSTITUIÇÃO, SEXO, GÊNERO E CULTURA NO BRASIL. Kulick D. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2008. 280 pp.

ISBN: 978-85-7541-151-3

O livro do antropólogo norte-americano Don Kulick, é uma profunda análise de campo sobre as travestis de Salvador, Bahia, Brasil, realizada em meados da década de 90. O livro foi inicialmente publicado nos Estados Unidos, e depois no Brasil pela Editora Fiocruz. O autor é professor de antropologia e diretor do Center for the Study of Gender and Sexuality, New York University.

O texto é importante por várias razões. As pessoas vêem as travestis nas ruas, na televisão e na mídia em geral, mas poucos fazem idéia de como estas pessoas vivem, o que pensam e qual a sua trajetória pessoal. Kulick viveu entre elas em uma humilde casa perto do Pelourinho, no centro de Salvador. Tornou-se um observador neutro, até mesmo confidente de algumas, e conseguiu observar seu modo de vida, conhecer suas idéias, sonhos e problemas, reais ou imaginários.

O livro é dividido em cinco partes: *A Vida das Travestis em Contexto*; *Virando Travesti*; *Um Homem em Casa*; *O Prazer da Prostituição*; e *Travesti, Gênero, Subjetividade*. O texto é claro, objetivo, respeita o vocabulário das entrevistadas e consegue, por meio de uma articulação entre argumentos, proposições e análises, tecer uma linha explicativa do mundo das travestis sem que preconceitos ou apologias o contaminem.

As travestis são homens, mas exigem ser tratadas no feminino. Vestem-se de mulheres, tomam hormônios ou aplicam silicone para parecer mais mulher, porém, no ato sexual com seus clientes muitas vezes fazem o papel ativo. São femininas na aparência e másculas em várias atitudes, podendo chegar à violência para se defender. Se o mundo homossexual masculino já foi razoavelmente estudado por sociólogos, educadores, psicólogos, historiadores, antropólogos, literatos e profissionais da área da saúde, as travestis permanecem uma incógnita contraditória para muitas pessoas, com poucos estudos científicos publicados no país. Elas são homossexuais, aliás, consideram-se os mais corajosos e genuínos, e não admitem mudar de sexo. Possuem